

JÁ vai outra vez o Brasil para aquele falso dilema, segundo o qual tudo pode acontecer, inclusive nada. Nem chega a ser dilema, mas é como se fosse. Tudo ou nada? A última vez em que tudo merecia nos ter acontecido, e pouco houve, foi na campanha pela direta. O brasileiro foi fundo e acabou mesmo sem eleições presidenciais diretas, como tanto estimava, mas foi como se tivesse votado.

É isso aí: o brasileiro se dá por satisfeito com hipóteses apenas viáveis. Não precisa haver; é suficiente a sensação de que seja possível. A sucessão presidencial indireta deu na mesma, mas lavou a alma. Elegeu-se Tancredo Neves e, ainda que tivesse sido direta a eleição, no fim o vice é quem teria mesmo tomado posse. Que se há de fazer?

A diferença — viva a diferença! — é que o presidente Sarney pelo voto direto não teria o seu mandato posto a prêmio. Em algum cantinho na cabeça do brasileiro volta a piscar uma luzinha que há muito tempo não acendia. Que pode acontecer? Teoricamente, tudo. Praticamente, nada. Entre a teoria e a prática, o Brasil se embala. Quem não é eleitor em São Paulo já consegue entender na prática por que Orestes Quércia sozinho venceu a eleição em São Paulo. Ele capta com fidelidade tudo que aquela luzinha significa em desconfiança na cabeça do brasileiro.

Disse Quércia, por todos nós, que gostaria de saber se é por opção ou por falta de controle que o presidente Sarney está “deixando as coisas correrem soltas”. Em tempo: os cidadãos de que se cuida aqui são aqueles que circulam socialmente entre três e trinta salários mínimos. Para baixo daqueles valores, não interessa: podem ser numerosos, mas não têm peso de opinião. E, para cima, têm peso mas são escassos para tomarem parte no raciocínio político.

Sarney não aprecia esse tipo de abordagem. Franqueza tem hora. O diálogo direto deixa em desvantagem quem é obrigado a responder. Portanto, não é com ele. Quem pergunta fica em posição favorecida. É o caso de Quércia, mesmo sem se valer do ponto de interrogação. Foi na bucha, ficará sem resposta.

A luzinha, que acende e apaga dentro de cada um, pisca ansiosamente quando ouve um candidato à sucessão presi-

dencial, insuflado por São Paulo, dizer que a situação econômica “tem-se agravado de um mês para cá”. Não é para menos. No Governo, entretanto, a mesma frase tem efeito contrário: apaga a lâmpada para não perturbar o sono dos burocratas de carteirinha.

É por vontade própria, ou por falta de vontade, que o presidente Sarney cruza os braços? Não se trata, a rigor, de uma opção. O Presidente só opta em último caso, quando não sobra mais nada para adiar. A atual situação podia ser uma opção, mas não é. Sarney sabe perfeitamente que é muito mais falta de opção. Como era no mesmo mês de fevereiro passado, quando, não tendo mais opção, Sarney atirou-se de olhos fechados. Foi a glória. O método oficializou-se, e não há mais a menor condição de se modificar o código presidencial para tomar decisões.

Não há escolha entre a esfalfante tentativa de deitar mão sobre o que foge ao controle e a alternativa de deixar correr o que disparou na frente, com pressa de se consumir. Não é mais a esta altura a razão, mas a superstição, que terá o encargo de convencer Sarney. Os excessivamente cautelosos e os perplexos por natureza resistem bravamente à tirania das opções. Entre os dois, Sarney balança. E, recusando-se, presta uma homenagem pública à liberdade de escolha, em nome de quem tantas vacilações se cometem.

Sarney deixa correr frouxo porque, natureza ponderada, abomina o artificial. Deve dar preferência a suco de fruta natural e, bem no íntimo, reserva uma simpatia inexprimível de público pelo ideário verde. Trata-se de uma vocação militante à espera de oportunidade. As soluções naturais gozam da sua preferência e têm direito à prioridade. A espera de que as dificuldades se resolvam por si mesmas merece-lhe precedência sobre as iniciativas do governante. Não é comodismo, mas convicção de que as crises merecem ser respeitadas. A intromissão humana ofendê as suas leis intrínsecas, e agrava as consequências.

Essa pretensão de controlar as coisas que fluem — dirá Sarney ao seu condescendente alter-ego — é vezo autoritário. A democracia deixa correr frouxo. Habilita-se quem quiser. É o caso do seu mandato. Por que teria ele de cuidar de fixá-lo? Os interessados que providenciem. Não faltam interessados. O proble-

ma é deles, e não dele, que já embolsou dois anos, conta certo com mais dois e aceita outro tanto se for da conveniência de todos. “A gente sente que o Governo não está controlando muito”, diz com manha caipira, ao acender a luzinha, o governador Quércia, que tem São Paulo por trás e a sucessão presidencial pela frente.

Óra, o Presidente já fez saber, a quem interessar possa, que vai ignorar solenemente a superexcitada crise econômica. Sarney faz de conta que nem de vista a conhece. Nega-lhe qualquer cumprimento. Só vai fazer as honras protocolares à crise política, que — essa, sim — lhe merece a estima. Já é tempo de abrir-lhe os salões da nova república, agora tinindo com o polimento retórico do cruzado. Acontece, no entanto, que são irmãs, por parte de pai e mãe, a crise econômica e a crise política. Não há como distinguir uma e preterir a outra, sem ofendê as duas. Quando se apresentam juntas, não admitem desigualdade de tratamento.

Numa crônica de 1892, Machado lembra a visita que lhe fez o Barão Luís — já falecido então mas vivo na máxima de sua autoria — para lamentar o tédio do sucesso. “Dai-me uma boa política”, sentenciava o Barão Luís “e eu vos darei finanças.” O presidente Sarney de bom grado esfregaria a frase na cara do PMDB.

Bem que o Presidente poderia, com toda a intimidade na casa de Machado, fazer seu o pedido do Barão, para que o cronista trocasse de lugar as palavras, invertesse o curso do raciocínio e aumentasse a sua eficácia. Pode-se até imaginar à cena, Sarney dirigindo-se a Ulysses Guimarães com firmeza e certeza: “Dai-me boas finanças e vos darei boa política.” E, ato contínuo, passaria a cuidar exclusivamente das questões políticas para despachar a crise, absolutamente convencido de que, a longo prazo, todos os problemas políticos se resolvem satisfatoriamente.

A prioridade política é a variante benigna da sentença com que Lord Keynes fulminou os economistas que trabalhavam a perder de vista: a longo prazo, estaremos todos mortos. Deve ser a solução natural que Sarney tanto preza em política e que reserva preferência aos pretendentes ao seu lugar, já sem tempo a perder.